

RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS: QUANDO A (AUTO) BIOGRAFIA ANUNCIA A LUTA PELA VIDA¹

■ ROSE FERNANDES DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0002-9221-6348>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

■ ALEXANDRE VANZUITA

<https://orcid.org/0000-0002-2060-339X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

RESUMO

Quais vivências podem ser experienciadas a partir da resignificação de memórias por quem teve a vida direta e indiretamente afetada pelo sistema prisional? Essa é a questão que conduz este artigo cujo objetivo é: discutir à luz da (auto)biografia, vivências e experiências a partir da resignificação de memórias por quem teve a vida direta e indiretamente afetada pelo sistema prisional, espaço pelo qual passou um de meus irmãos que veio a óbito em meados da década de 1990. Desse modo, consideramos que se mesclam às minhas memórias a curta trajetória de um outrem (meu irmão) e dessa maneira, amalgam-se o Eu e o Nós que se entrelaçam em minha (auto)biografia. Nesse contexto, a fim de viabilizar a investigação e com vistas a responder à questão proposta, faremos uso de fontes bibliográficas pautadas, por exemplo, em Foucault (2004; 2014); Davis (2020); Bauman (2021); e Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012), discutindo e elaborando nossas análises interpretativas acerca das narrativas do Eu e do Nós. Os resultados indicam que as experiências podem ser múltiplas e formadoras, tanto no aspecto individual quanto coletivo, uma vez que as histórias de vida podem ser continuamente reinterpretadas.

Palavras-chave: História de Vida. Memória. Liberdade.

ABSTRACT

RESIGNIFYING MEMORIES: WHEN (AUTO)BIOGRAPHY ANNOUNCES THE STRUGGLE FOR LIFE

What can be learnt and experienced from the resignification of memories by those who had their lives directly and indirectly affected by

¹ Pesquisa financiada por meio da Chamada Pública nº 471/SED/2021, através de bolsa de mestrado do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES).

the prison system? This is the question that drives this article whose objective is: to discuss about the (auto)biography, experiences lived from the resignification of memories by those who have their life directly and indirectly affected by the prison system, a place in which one of my brothers who died in the mid to late 1990s. In this context, we consider that the short trajectory of someone (my brother) is merged with my memories and, in this way, the I and the We are merged in my (auto)biography. In order to make the investigation viable and in order to answer the proposed question, we will make use of bibliographic sources, for example, on Foucault (2004; 2014); Davis (2020); Bauman (2021) and Passeggi, Abrahão and Delory-Momberger (2012) discussing and elaborating our interpretive analyzes about the narratives of the Self and the We. The results indicate that experiences can be multiple and formative, both individually and collectively since life stories can be continually reinterpreted.

Keywords: Life Stories. Memory. Freedom.

RESUMEN

RESIGNIFICANDO MEMORIAS: CUANDO LA (AUTO) BIOGRAFÍA ANUNCIA LA LUCHA POR LA VIDA

¿Qué experiencias se pueden vivir a partir de la resignificación de la memoria por parte de quienes vieron su vida afectada directa e indirectamente por el sistema penitenciario? Esta es la pregunta que impulsa este artículo cuyo objetivo es: discutir a la luz de la (auto) biografía, vivencias y vivencias a partir de la resignificación de la memoria de quienes vieron afectada su vida directa e indirectamente por el sistema penitenciario, espacio a través del cual uno de mis hermanos que murió a mediados de la década de 1990. De esta manera, consideramos que la corta trayectoria de alguien más (mi hermano) se fusiona con mis recuerdos y, de esta manera, el Yo y el Nosotros se amalgaman. en mi (auto)biografía. En este contexto, para viabilizar la investigación y dar respuesta a la pregunta propuesta, haremos uso de fuentes bibliográficas basadas, por ejemplo, en Foucault (2004; 2014); Davis (2020); Bauman (2021) y Passeggi, Abrahão y Delory-Momberger (2012) discutiendo y elaborando nuestros análisis interpretativos sobre las narrativas del Yo y el Nosotros. Los resultados indican que las experiencias pueden ser múltiples y formativas, tanto individual como colectivamente, ya que las historias de vida pueden ser continuamente reinterpretadas.

Palabras clave: Historia de vida. Memoria. Libertad.

Introdução

“Há momentos terríveis em nossa civilização: quando a penalidade pronuncia um naufrágio”. (HUGO, 2014, p. 124).

Ousamos tomar como ponto de partida para nossa reflexão, o pequeno excerto da obra do escritor francês Victor Hugo, intitulada *Os miseráveis*. Tal escolha justifica-se por dois motivos: o primeiro deles é que a narrativa fictícia da vida miserável de Jean Valjean retrata uma sociedade francesa discrepante do século XIX que muito se assemelha à nossa realidade contemporânea, o que faz de *Os miseráveis* uma literatura atemporal; o segundo motivo relaciona-se aos próprios fatos – pobreza, fome, miséria e desigualdade – que levam Jean Valjean a cumprir nada mais e nada menos que 19 anos de prisão por roubar um pedaço de pão (HUGO, 2014).

Nessa direção, das galés francesas do século XIX ao atual sistema carcerário no Brasil, vemos descortinar-se um cenário real de injustiças e desigualdades sociais que arrastam, em sua maioria, pessoas negras – homens e mulheres pretos e pardos que representam 66,73% da população carcerária brasileira – e pobres para um sistema prisional que contabiliza, aproximadamente, 700 mil pessoas que superlotam as mais de 1.300 unidades prisionais existentes no país, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, órgão que pertence ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2021). Todavia, ainda que esses números sejam exorbitantes, a maioria dessa população passa despercebida aos olhos da sociedade e do poder público, vivendo ou sobrevivendo em quase total esquecimento e invisibilidade.

Diante dessa realidade, o objetivo deste artigo é: discutir à luz da (auto)biografia, vivências e experiências a partir da resignificação de memórias por quem teve a vida direta e

indiretamente afetada pelo sistema prisional, espaço pelo qual, passou um de meus irmãos que veio a óbito em meados da década de 1990. Nesse contexto, justificamos a relevância da presente pesquisa considerando a partir do objetivo proposto, o que Davis (2020, p. 16) afirma: “[...] o cárcere está presente em nossa vida e, ao mesmo tempo, está ausente de nossa vida”.

Destacamos ainda que o presente trabalho decorre de uma pesquisa de mestrado em Educação (em andamento) que, por sua vez, busca compreender os percursos formativos em educação a partir da narrativa (auto)biográfica, no qual inserem-se aspectos singulares e a própria práxis educativa que se dá nas relações plurais. Desse modo, consideramos que se mesclam às minhas memórias a curta trajetória de um outrem (meu irmão) e, dessa maneira, amalgam-se o Eu e o Nós (memórias individuais e plurais), entrelaçando-se biografia e (auto)biografia, permitindo a quem não teve vez e voz elaborar um manifesto como numa epifania, isto é, construir algumas das vivências de quem quase fora sepultado como um indigente, num total esquecimento racional de quadros estatísticos da violência, do qual, meu irmão, era vítima e autor.

Nesse sentido, conforme postulam Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012), reabrimos e resignificamos o passado, transitamos entre o ficcional e a realidade, reitramos as interações do Eu e do Nós e definitivamente não nos apegamos às linearidades dos fatos, pois o existir decorre num constante devir (LEZAMA LIMA, 1988). De tal modo, as escritas de si, na perspectiva (auto)biográfica, circunscrevem-se “[...] da emergência de um paradigma epistemológico, enraizado no terreno fértil da *luta pela vida*, como práxis social e cotidiana dos indivíduos” (PASSEGGI; ABRAHÃO; DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 32, t. II, grifo dos autores).

Essa luta pelo direito de existir faz-se pujantemente presente no interior e no exterior das estruturas panópticas idealizadas para o controle social de corpos tidos como indisciplinados que precisam ser vigiados, punidos e separados da sociedade, para que assim, as estruturas hierárquicas de poder possam exercer seu domínio sobre eles. Sob esse prisma, desconsidera-se, por exemplo, fatores como a pobreza, a fome e a desigualdade social que, de igual modo, projetam-se sobre esses corpos (FOUCAULT, 2014). Destarte, “[...] o corpo está diretamente ligado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-nos a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Ante o exposto, tomamos novamente emprestado as ideias de Víctor Hugo (2014), que, ao discorrer sobre as violências e desigualdades em sua obra ficcional, destaca ser demasiadamente necessário que a sociedade volte seu olhar para as situações discrepantes e injustas, já que é essa própria sociedade que a produz e reproduz. É para essa direção que voltamos nossos olhares enviesados e somos conduzidos a refletir através do dispositivo da memória e da perspectiva (auto)biográfica sobre: quais vivências podem ser experienciadas a partir da ressignificação de memórias por quem teve a vida direta e indiretamente afetada pelo sistema prisional?

Nesse contexto, a fim de viabilizar a investigação e com vistas a responder à questão proposta, também faremos uso de fontes bibliográficas pautadas, por exemplo, em Foucault (2014), Davis (2020), Bauman (2021) e Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012), discutindo e elaborando nossas análises interpretativas acerca das narrativas do Eu e do Nós. Corroboramos assim com a afirmação de que:

[...] as narrativas autorreferenciais são consideradas como objeto de estudo primordial para a pesquisa (auto)biográfica, pois são suscetíveis de revelar os modos como os indivíduos de uma determinada época e cultura interpretam o mundo e como dão forma a suas experiências. (PASSEGGI, ABRAHÃO; DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 34, t. II).

A partir desse movimento, a leitura de mundo que pretendemos interpretar a partir da apresentação das narrativas reflexivas que se dão sequência, revelam-nos, entre outras questões, a arte dinâmica da reinvenção das experiências vividas a partir do presente e, por conseguinte, a possibilidade de agir no agora e criar memórias de futuro. Com efeito, consideramos que escrever consiste numa exposição em que, ao explicitar aos outros minhas singularidades, torno-me um outro, possibilitando, assim, que a narrativa ganhe sangue e forças e, por conseguinte, torne-se um instrumento de transformação (FOUCAULT, 2004).

Para além do antagonismo mocinho ou bandido: a história do Dentinho

Ele tinha 23 anos de idade quando seu corpo alto e franzino foi alvejado pela Polícia Militar do estado de São Paulo. Seu crime? Assalto à mão armada. As balas que cruzaram seu corpo atingiram as partes vitais da cabeça e do coração e, diante desse cenário, não restam dúvidas de que a polícia atirou para matar. Seria enterrado como indigente, mas a tatuagem do Corinthians que carregava sobre o peito possibilitou desvendar sua identificação. Foi velado às pressas e com o caixão lacrado.

Do seu nome, poucos sabiam, pois todos chamavam-no pelo apelido de Dentinho (dado ao fato de que um dos seus dentes incisivos frontais havia se quebrado pela metade). Dentinho era o primogênito dos sete irmãos e,

nascido na década de 1970 em plena Ditadura Militar, não foi alcançado pelo dito milagre econômico dessa época.

Seus primeiros passos foram dados na periferia da Zona Sul de São Paulo, na favela da Vila Joaniza e sem ser perguntado, logo cedo foi apresentado coercitivamente à fome, à violência e à miséria. A essa altura, os estudos estavam em segundo plano, uma vez que a sua estratégia era sobreviver. Cresceu com os pés descalços entre o barro e o asfalto. Subia o morro, descia o morro, soltava pipas, jogava bola, tinha sonhos, queria ir ao cinema e ver o mar, brincava de mocinho e bandido, de polícia e ladrão, de vilão e herói, personagens que se entrecruzavam à sua realidade cotidiana.

Sentia, conforme afirma Bauman (2021, p. 28), a dádiva composta da liberdade, afinal: “[...] a libertação é uma benção ou uma maldição? Uma maldição disfarçada de benção, ou uma benção temida como maldição?”. Envolto nesse hibridismo, foi crescendo e percebendo o mundo à sua volta, sentia a revolta de ter um pai rendido ao alcoolismo, sentia a justa raiva da fome que lhe fazia doer o estômago e sentia-se, em alguma medida, responsável por ajudar a mãe em carregar o árduo peso de sustentar uma numerosa família composta por nove pessoas.

Lançado à própria sorte por um processo de individualização característico e incessante da sociedade moderna capitalista (BAUMAN, 2021), lutava todos os dias para tentar sobreviver. Sendo assim, Dentinho estava livre, mas não era livre, pois sua liberdade de escolha estava condicionada às questões objetivas, políticas, sociais e sistêmicas que permeiam a vida de grande parte dos moradores da periferia, como a falta de emprego, de moradia digna, de acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, à educação pública, gratuita e de qualidade social referenciada, isto é, a condições básicas e essenciais para ao menos conseguir se

manter vivo. Sob essa perspectiva, Benjamin (1987b), ao questionar a fome e a miséria no contexto social, indica que essa situação coloca as pessoas na condição de subordinação e invisibilidade, fazendo-as cair nas sombras da sociedade.

Nesse cenário de discrepâncias e contradições, recordo-me da primeira vez que ouvi falar de sua prisão. Nessa época, já não morávamos mais na Vila Joaniza, havíamos nos mudado para o distrito de Cipó-Guaçu, pertencente ao município de Embu-Guaçu, no estado de São Paulo. Numa certa noite, chegaram dois homens na casa em que residíamos, que eu nunca tinha visto antes. Eu era uma criança na época, mas ouvia com atenção as notícias que esses homens traziam, ao informarem aos meus pais, com um dialeto autêntico das comunidades periféricas, que o Dentinho havia entrado em cana (prisão) por ter sido pego por policiais com um cano (revólver) na mão. Não me recordo se a essa ocorrência somava-se a uma tentativa de assalto.

Minha imaginação infantil ganhou asas com essa informação, fazendo com que a minha compreensão imagética, a partir da literalidade de informações trocadas, compreendesse que meu irmão, ao ser pego pela polícia, havia entrado dentro de um cano. Diante da imagem impossível que se formava em minha mente, descí apressadamente para um pequeno porão que havia na minha casa, abracei fortemente um cano de esgoto e aos prantos, prometia ao Dentinho que o tiraríamos dali o mais breve possível.

Com o passar do tempo, decodifiquei e compreendi a realidade fatídica daquelas palavras, quando pela primeira vez, acompanhada de minha mãe e ainda criança, fui visitá-lo no presídio masculino situado na cidade de Franco da Rocha, que ficava a uma distância de aproximadamente 85 km de onde morávamos e cujo percurso, à época, levava cerca de

quatro horas para ser completado, via transporte público, haja vista que não possuíamos veículo próprio. Nos dias de visita, minha mãe levanta-se bem antes do sol nascer, preparava comidas frescas como arroz temperado, salada de maionese (prato preferido do Dentinho) e macarrão. Para chegar ao complexo penitenciário, era necessário que fizéssemos uma caminhada de aproximadamente 25 minutos até o ponto de ônibus. Após fazer uso desse transporte, ainda era preciso embarcar na estação do metrô para posteriormente tomar o trem. Esse extenso percurso tornava a viagem extremamente cansativa para minha mãe, mas divertida para mim, pois foram essas as únicas viagens que fiz quando criança, sem ainda compreender a dimensão e o impacto delas para minha vida.

Com o intuito de tentar amenizar a dura realidade que me seria apresentada no destino final de nossa viagem, em cada ida para o presídio, minha mãe contava piadas, cantava músicas e inventava novas formas para aliviar o peso que carregava. Certa vez, dentro de um trem lotado, pedi para que minhas irmãs e eu cantássemos em voz alta a canção “Quem não sabe assoviar”, do grupo Balão Mágico. A atração cultural popular foi um sucesso – assim como outras que fizemos na própria prisão em palcos improvisados para os dias festivos –, e recebemos os aplausos dos que, estando no trem presenciaram aquela modesta apresentação, enquanto nos direcionávamos sem que ninguém ali soubesse, para o nosso destino final: Presídio de Franco da Rocha.

Ao chegar no complexo penitenciário, tínhamos que aguardar numa longa fila para passar pelo humilhante protocolo de entrada, pois todos os visitantes, inclusive as crianças, tinham que passar pelo procedimento de revista íntima. As imagens desse processo reiterado, a cada nova visita, nunca saíram de minhas memórias. Entrávamos por uma porta de ferro

num espaço apertado com as paredes sujas e sem cores. Tudo era feito com muita frieza e com uma certa celeridade automática. Tínhamos que ficar despidas na frente de uma agente prisional desconhecida, que era paga pelo Estado para realizar com precisão e eficiência o seu trabalho. Era preciso retirar por completo as roupas íntimas, abrir as pernas e, nessas condições, fazer uma sequência de aproximadamente três agachamentos, para que assim, a agente prisional pudesse se certificar de que não portávamos no interior de nossos órgãos genitais algum tipo de armamento ou algo que fosse proibido de entrar na penitenciária. Os alimentos que levávamos e que minha mãe preparava com tanto carinho, eram igualmente vistoriados de forma grotesca, assim como todos os nossos pertences.

O que acabamos de narrar trata-se de protocolos que raramente são questionados, porém demasiadamente questionáveis. Não são questionados porque naturalizam-se as violências que projetam-se sobre os corpos dos que, de uma forma ou de outra, passam pelo sistema prisional. A sociedade considera como indispensável, para o seu bom desenvolvimento, segurança e vigilância permanente, isto é, separar o que consideram o joio do trigo através do referido sistema. Por esse motivo,

A prisão se tornou um ingrediente essencial do nosso senso comum. Ela está lá, à nossa volta. Não questionamos se deveria existir. Ela se tornou uma parte tão fundamental da nossa existência que é necessário um grande esforço para visualizar a vida sem elas. (DAVIS, 2020, p. 20).

Na mesma perspectiva de raciocínio, consideramos que os referidos protocolos utilizados pelo sistema prisional sob a justificativa de medidas de segurança, ferem a dignidade da pessoa humana, tornando-se por sua vez, um processo demasiadamente questionável, assim como o sistema prisional em sua totalidade. Por esse motivo, problematizamos: o

sistema prisional é eficaz e contribui para a real reintegração dos indivíduos à sociedade? Se não é, por que se mantém? A quem interessa sua continuidade? Quais são as variáveis que contribuem para um quantitativo de quase 700 mil pessoas que se encontram em privação de liberdade no Brasil? Como são efetivadas as políticas públicas destinadas aos que cumpriram suas penas, visando contribuir para a não reincidência de delitos por eles outrora cometidos? Não seriam a fome, a falta de emprego, o racismo estrutural, as violências e os preconceitos naturalizados, igualmente considerados como crimes produzidos pela própria estrutura social que empurram as populações de baixa renda e periféricas para as penitenciárias?

Sem termos a pretensão de sermos reducionistas com questões tão complexas, corroboramos com a ideia de que, para a sociedade, de um modo geral, a prisão

[...] funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. (DAVIS, 2020, p. 16-17).

Nessa perspectiva, meu irmão foi considerado pela sociedade como ser humano indesejável e carregou, até o final de sua breve existência, as marcas indelévels do sistema prisional, marcas que se estenderam a toda família. Ademais, ainda que meu irmão cumprisse toda a sua pena e tentasse um recomeço longe da criminalidade, carregaria para sempre o fardo de ser reconhecido não mais pelo seu nome, por seus talentos ou pelo seu carisma – que progressivamente se esvaziavam dentro da prisão –, mas sim pelos crimes que cometeu em decorrência de uma trajetória marcada pela fome e pela exclusão social. Em termos práticos, fora dos muros da prisão, em

cujo mundo contraditório o ter vale mais do que o ser, meu irmão não passaria de um ex-presidiário e voltaria para o universo ilógico da pobreza, da violência doméstica, da fome e, novamente, seria juiz e réu de suas próprias ações.

Desse modo, atentemo-nos ao que nos aponta Foucault (2014) quando, ao discorrer sobre o sistema prisional, considera que este, além de não diminuir as taxas de criminalidade, contribui para reincidência dos apenados. Afinal, como recomeçar a vida depois de anos numa cela em condições sub-humanas? Como conseguir alimentação quando não há emprego? Como retornar para uma família que se encontra igualmente lançada à própria sorte?

Com meu irmão não foi diferente. Ao alcançar a pseudoliberdade condicional, não tardou em cometer novos delitos, em sua maioria, associados a roubos e pequenos furtos. Contudo, ainda que para a sociedade pautada pela meritocracia ele não passasse de um bandido vagabundo ou ainda, numa visão quimericamente romantizada de um vilão, para mim, ele era um herói. Eu associava a presença do Dentinho com a possibilidade de comer bem, de não sentir a dor da fome e sentia-me segura ao seu lado. Ele era um jovem espirituoso, defendia a toda prova nossa mãe e dava-me orientações para nunca deixar de estudar, pois considerava que a escola seria uma alternativa plausível para que eu não levasse a mesma vida sofrida que ele.

Desse modo, no descompasso dessa vida sofrida, com a violação da liberdade condicional, meu irmão retornou para a cadeia. A partir disso, a alternativa que ele encontrou para sobreviver resumia-se em tentar e conseguir fugir da prisão e voltar para a prisão. Como Jean Valjean de Victor Hugo, que tentou por quatro vezes fugir das correntes, humilhações, violências e trabalhos forçados nas galês francesas, o Dentinho, provavelmente,

[...] teria renovado essas tentativas, tão completamente ineficazes e tolas elas fossem, tantas vezes quantas fossem as oportunidades que tivesse tido, sem refletir nem por um instante, no resultado nem nas experiências já feitas. Ele escapava impetuosamente como um lobo que encontra a jaula aberta. O instinto lhe dizia: fuja! A razão lhe dizia: fique! Mas, diante de tão forte tentação, a razão desaparecia, ficando só o instinto [...]. Quando era preso novamente, as novas severidades que lhe infligiram conseguiam apenas torná-lo ainda mais assustado. (HUGO, 2014, p. 131).

Depois de sua última fuga, Dentinho parecia prever a própria morte, tomando como base para suas ideias a vivência empírica da prisão. Em alguma medida subjetiva, sua pena capital estava decretada. Afirmava que, se porventura voltasse para a cadeia, o matariam lá dentro, mas estaria ele verdadeiramente seguro e livre do lado de fora? Como sabiamente nos aponta Hugo (2014, p. 136): “liberdade não é estar solto. Pode-se sair da prisão, mas não da condenação”.

Nessa direção, Foucault afirma que (2014, p. 263) “[...] a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento”. Desse modo, o mundo de fora e o núcleo familiar que aguardava meu irmão era exatamente assim, ou seja, revoltante e miserável. Enquanto o neoliberalismo avançava a passos largos no Brasil da década de 1990 visando produzir freneticamente uma sociedade do consumo (HAN, 2017), na periferia da zona sul de São Paulo desse mesmo país, uma família de nove pessoas não tinha o que comer. Quem é que julga essa injustiça?

A esse cenário de penúria somava-se a violência doméstica, pois meu pai entregava-se cada vez mais ao alcoolismo e às agressões psicológicas e físicas que ele despendia à minha mãe. Essa violência doméstica aumentava significativamente, a tal ponto que provocava ainda mais medo e desespero em toda a famí-

lia. Porém, o que ninguém imaginava era que com essa última fuga da penitenciária por parte do Dentinho, seria a última vez que nosso pai agrediria nossa mãe, seria a última vez que eu veria o Dentinho vivo, e a última vez que toda a família se reuniria.

Nesse contexto, certo dia, meu irmão não conseguiu permanecer inerte ao observar o lado esquerdo do corpo de nossa mãe repleto de hematomas causados pelo nosso pai e, assim, as forças de seus instintos novamente falaram mais alto do que a sua razão. Com as marcas que o sistema prisional produz nos indivíduos, desumanizando-os com o aval da sociedade, Dentinho, sem refletir, pegou uma faca e projetou-se contra nosso pai que estava sob efeito do álcool e, embora meus irmãos e eu tenhamos conseguido a muito custo soltar a faca de sua mão e apartar os dois, evitando uma tragédia, aquele momento foi determinante para que Dentinho nunca mais retornasse para casa. Sem encontrar segurança no lar, sem emprego, sem comida e fugitivo da polícia, Dentinho novamente reincidiu nos delitos já citados, do qual decorreu sua morte que foi estampada nos jornais locais da época.

De tal modo, o espetáculo da punição sobre o qual discorre Foucault (2014) cumpriu inteiramente seu papel. Porém, em nossa contemporaneidade, esse resultado de punição aconteceu de forma sutil, velada e sem grandes alardes. De fato, nunca soubemos quem ou quais foram os policiais que atiraram em meu irmão. Ninguém reclamou a sua morte, pelo contrário, pressuponho que seu triste fim, somado a impossibilidade de qualquer defesa, tenha sido energicamente comemorada pelos seus algozes. Destarte, meu irmão, assim como Jean Valjean, ao mesmo tempo miserável e nobre, finalmente alcançou de forma injusta e violenta sua redenção e libertação.

Diante do desfecho da história do Dentinho, consideramos a importância de abor-

darmos as consequências do que significa a aproximação dos familiares de um apenado ao sistema prisional com todas as suas implicações, retomando a afirmativa de Foucault (214, p. 263) de que “[...] a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento”. Meses depois dos fatos que narramos, mais especificamente após o assassinato do Dentinho, meu outro irmão – o mais velho depois do Dentinho –, que também passou brevemente pela casa de menores infratores em São Paulo (pouco sei sobre essa história), foi atropelado por um trem, na madrugada de 17 de fevereiro de 1996. Diante desse cenário de horrores, o velamos às pressas e com o caixão lacrado. Dois anos depois desse acontecimento, faleceu meu pai, que já sem forças lutava contra a cirrose, doença originada pelo uso excessivo e contínuo de bebidas alcoólicas. Em decorrência do agravamento do seu estado de saúde, aos 43 anos de idade, meu pai não resistiu a um infarto fulminante enquanto dormia no sofá de casa. Na noite de sua morte, estavam em casa somente minha irmã mais nova e eu. Foi doloroso perceber posteriormente que, enquanto eu dormia, meu pai silenciosamente morria e, quando a aurora resplandeceu, meu dia se fez noite, ao me deparar com seu corpo gélido já sem vida.

Em consequência desses fatos, minha mãe, sem ter condições financeiras e psicológicas para manter os que ainda restavam na casa, enviou-me para passar um tempo com uma de minhas cunhadas e nesse espaço, eu, a pesquisadora a escrever esta narrativa, fui molestada aos 14 anos de idade por um homem que frequentava aquela residência. Minha mãe veio a óbito em 2016 sem nunca saber do que se passou comigo.

Destarte, para finalizar esta seção, consideramos o que Davis (2020, p. 22) nos aponta ao afirmar que: “o desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos

terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora”. Afirmamos que, nessa lógica, Dentinho não foi mocinho ou bandido, vilão ou herói. Meu irmão foi alguém que queira simplesmente ter o direito de viver. Na busca pela sobrevivência, sua voz foi silenciada e suas tentativas em ter vez na sociedade e poder recomeçar, por questões objetivas já citadas, foram definitivamente suplantadas. Talvez, no decorrer de sua breve vida, meu irmão, assim como Jean Valjean, ao julgar suas próprias ações possa ter perguntado a si mesmo:

Fora ele o único a proceder mal em sua fatal história? Antes de tudo, não era uma coisa grave que um trabalhador como ele não tivesse trabalho? Que um homem laborioso como ele não tivesse o que comer? [...] Não houvera mais abuso por parte da lei na aplicação da pena do que por parte do culpado na falta? Não houvera excesso de peso no prato da balança que contém a expiação? O excesso do castigo não seria a aniquilação do delito, resultando na inversão da situação, o erro do delinquente sendo substituído pelo erro da repressão, fazendo do criminoso a vítima e do devedor o credor, e pondo definitivamente o direito do lado de quem o violara? (HUGO, 2014, p. 128).

As questões problematizadas na obra ficcional de Victor Hugo nos possibilitam refletir sobre as ambiguidades nas quais estão envolvidos os sujeitos que, de uma forma ou de outra, sentem as incidências de uma sociedade desigual e o peso da justiça que, por vezes, parece apresentar uma cegueira seletiva e uma balança que pende de forma pesarosa para o lado dos que vivem às margens da sociedade. Ante o exposto, na sequência de nossa reflexão, consideramos relevante retomarmos nossa questão-problema refletindo sobre: quais vivências podem ser experienciadas a partir da resignificação de memórias por quem teve a vida direta e indiretamente afetada pelo sistema prisional?

Ressignificando memórias para reinventar e reescrever histórias

A partir do que discorreremos até aqui, corroboramos com Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012), compreendendo que as histórias de vida têm características socioeducativas em que, no processo de resignificação das experiências vivenciadas, tornam-se possível o conhecimento de si e a legitimação de novos saberes por elas produzidas. Nessa perspectiva, consideramos que as vivências narradas podem trazer novos enfoques a cada nova reinvenção, uma vez que, ao recordar o passado com um olhar crítico e renovado a partir do presente, seja possível colocar em suspensão, questões outrora não refletidas e, desse modo, poder intervir no agora.

Benjamin (1987^a), por exemplo, considera que as narrativas são constituídas de várias camadas, ou seja, conta-se e reconta-se a partir de novas vivências. O autor também compreende que as experiências vividas são passíveis de transmissão, no qual o narrador e leitor são transformados pela experiência transmitida, isto é, “[...] conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (BENJAMIN, 1987a, p. 204) e apresentar novos enunciados e ou problematizações. Nessa lógica, a narrativa que apresentamos foi reinventada por inúmeras vezes e continuará a ser reinventada, quantas vezes se fizer necessário.

A narrativa foi reinventada e resignificada quando tive fome, por volta dos meus 12 anos de idade e, sem ter absolutamente nada para comer dentro de casa, entrei num mercado e roubei algo para me alimentar. Lispector (2021) tece em um de seus escritos que, quando criança, roubava rosas e pitangas pelos caminhos em que passava no Recife, e afirma que, quem nunca roubou, jamais poderia entender o que ela queria dizer com isso. A autora considera ainda que não se arrepende do que fez e que

para ela, “[...] ladrão de rosas e pitangas tem cem anos de perdão” (LISPECTOR, 2021. p. 15). Todavia, como bem sabemos, quando se é preto, pobre e morador de periferia, como no meu caso, as consequências de um pequeno roubo para matar a fome – ainda que seja de rosas e pitangas à beira do caminho – pode significar a prisão, como no exemplo da ficção de Victor Hugo que, por um pedaço de pão, Jean Valjean, ficou 19 anos na prisão. De fato, eu tive medo, sabia que era errado, mas a fome que me castigava poderia esperar?

No momento do meu pequeno delito infracional, fui seguida pelos olhares do profissional que fazia a segurança do mercado, onde, por pouco, não fui pega em flagrante. De imediato, lembrei de meus irmãos, pensei na dor de minha família e confesso que, ainda hoje, fico a imaginar qual destino minha vida teria tomado se eu fosse abordada naquele instante. Assim que os olhos do segurança foram dispersados, entrei apressadamente dentro de um banheiro público e consumi desesperadamente o alimento que havia roubado, fazendo desaparecer no meu estômago a prova daquele crime, considerado por uma parcela da sociedade como irreparável, passível de pena e de detenção.

Seguindo a mesma lógica, reinventei a narrativa quando, na escola, ainda adolescente, tornava-se doloroso dizer que meu irmão foi morto pela polícia, o que geraria inúmeros porquês que eu não estava disposta a responder. Reinventei e resignifiquei novamente a narrativa, quando meu filho cresceu e, aos poucos, fui apresentando a ele minha trajetória, permeada pelo Eu e pelo Nós. Novas reinvenções aconteceram quando, aos 16 anos de idade, entrei num convento, onde permaneci por oito anos e meio, lugar que em alguma medida, considero, a partir das experiências que vivi, como um espaço de privação de liberdade, uma estrutura panóptica com viés institucional religioso.

Prossigui dando novos sentidos aos devires vividos quando, já atuando como profissional da educação, fui convidada para participar de um projeto de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), *campus* de Itajaí. O projeto, intitulado “Nas entrelinhas”, tinha por objetivo apresentar a literatura feminina para as mulheres em privação de liberdade na penitenciária de Itajaí. Minha atuação consistiu em dirigir uma peça de teatro pautada na obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e como resultado desse trabalho, recebi o pedido para dar oficinas de teatro no presídio (ação ainda não concretizada).

Ao entrar no mestrado, sendo a única dos sete irmãos a chegar nesse grau de escolaridade (até o momento), as possibilidades de reinvenção e de criação de novos sentidos ganharam ainda mais força e um olhar crítico, atencioso e analítico, quando pela primeira vez, na disciplina de “Produções de (a)normalidades e processos educativos”, tive em mãos as obras de Foucault, com particular referência à obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Dessa forma, passei a fazer uso de teorias para refutar teorias, ou seja, posicionando-me de forma antagônica às “[...] teorias da suspeição e do apagamento do sujeito [...]” (PASSEGGI, ABRAHÃO, DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 34, t. II).

Nesse contexto, o movimento incessante de resgate das memórias e resignificação do vivido tem a potencialidade de mobilizar os sujeitos da sociedade em seus aspectos comportamentais, religiosos, políticos e de organização social, pois, dessa maneira, se estabelece uma relação mútua da práxis individual e a sociedade em que o indivíduo está inserido (PERES, 2010). Em outras palavras, as narrativas não são estáticas, elas possuem ações metamórficas para quem escreve e para quem lê. Com efeito, consideramos que as vivências experienciadas por quem teve a vida direta e

indiretamente afetada pelo sistema prisional são impossíveis de mensurar em termos quantificáveis, uma vez que, temos a compreensão de que tais experiências são passíveis de inúmeras reinvenções a cada nova transmissão.

Nessa direção, chegamos ao cerne de nossa questão-problema, em razão de que, a partir do que discorremos até aqui, observamos que as experiências podem ser múltiplas e formadoras, tanto no aspecto individual quanto no coletivo, uma vez que as histórias de vida podem ser continuamente reinterpretadas. Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012) consideram que as narrativas podem nos conduzir a uma postura de questionamento acerca do *status quo*, ou até mesmo, fazer com que permaneçamos no conformismo das convenções sociais, nos alertando acerca de algo que também pontuamos na seção anterior acerca do antagonismo mocinho e bandido, vilão e herói:

Essa afirmação é suficientemente forte para nos ajudar a pensar que nos construímos como sujeitos a favor e /ou contra as convenções veiculadas pelo imaginário social, nas narrativas (cantigas) do cotidiano. As figuras do herói, do viajante, do anti-herói, do vilão...que remontam às ‘grandes narrativas’ servem de balizas, inconscientes, para justificar os fatos e elaborar projetos pessoais e sociais. (PASSEGGI; ABRAHÃO; DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 37, t. II).

Em outras palavras, as narrativas exigem de nós uma postura na qual não há espaço para neutralidades. Trata-se, portanto, de resignificar memórias, reinventar e reescrever histórias na perspectiva de refletirmos sobre a possibilidade de construção de um mundo menos desigual e injusto. Desigual porque, entre outras questões, são as discrepâncias socialmente convencionadas que arrastam milhares para o submundo da criminalidade ceifando precocemente a vida de jovens moradores de periferia, como no caso de meus irmãos. Injusto,

porque utiliza-se da força da justiça e da força do Estado para punir os que cometem seus delitos, sem, contudo, agir nas causas geradoras que levam tais sujeitos a cometerem atos considerados como infracionais. Nesse contexto, Foucault (2014, p. 256) nos traz uma dose de esperança ao afirmar que: “[...] a ordem atual não durará para sempre; não só os condenados serão libertados e recobrarão seus direitos, mas seus acusadores virão tomar-lhes o lugar. Entre os criminosos e os juízes, virá o dia do grande julgamento às avessas”.

Considerações finais

As problematizações que pontuamos neste movimento de exposição, a partir das narrativas de vida, possibilitam pensar como Serres (1993, p. 21), quando afirma que: “[...] nada faz mais sentido do que mudar de sentido”, ou seja, que o nosso ato de lembrar o vivido e dar a ele novas significações sejam capazes de gerar potencialidades de ações no presente, no sentido de construir um futuro mais esperançoso. O ato de mudar de sentido proposto por Serres (1993) consiste ainda na não resiliência, frente às violências que direta ou indiretamente atingem as camadas populares através da fome, pobreza e miséria que, por sua vez, geram enormes desigualdades na sociedade gerando outras formas de violência.

Nesse sentido, questionamos: até quando a sociedade desviará o olhar dessa trágica realidade? Quantos pais, mães, filhos, irmãos, esposos e esposas ainda sofrerão com a perda de seus entes queridos para a criminalidade e para as forças de repressão e controle do Estado? Quantos “Dentinhos” ainda serão assassinados com tiros no peito e no coração?

A história do Dentinho, mesclada à ficção de Victor Hugo, reflete a realidade de milhares de homens e mulheres que vivem em situação de grande invisibilidade e violência no

sistema prisional brasileiro em que, lançados à própria sorte, buscam meios de sobreviver e criam expectativas em recomeçar a vida além das grades e muros da prisão. São os atuais Jeans Valjeans que transitam entre a onda e a sombra, ou seja, gritam desesperadamente por socorro, não querem mais naufragar e anseiam pela luz; mas, quem os escuta? Eles lutam contra a fome, os preconceitos, a culpa pelos crimes cometidos, a justa raiva pelas injustiças que lhes afetaram no decorrer da vida, os abandonos por parte de quem se esperava verdadeira presença, as diferentes formas de violência que se projetaram sobre seus corpos e sonhos, mas quem os defende? Quem de fato os enxerga? A quem importa suas vidas?

Nossa sociedade naturaliza e pouco se questiona sobre a drástica realidade dos que encontram-se em regime de privação de liberdade e, tampouco, debruçam-se em questionar as causas, os descasos políticos e sociais que contribuem para as superlotações dos complexos prisionais. Nesse processo de naturalização de separação do “joio do trigo”, onde encarcerar e esquecer é a regra, os indivíduos que cumprem suas penas em situações precárias, vão perdendo pouco a pouco sua dignidade. Depois de acertarem as contas com aquilo que chamamos de justiça, quais condições serão possibilitadas para o recomeçar de um ex-presidiário? O que essa mesma sociedade lhe oferece com vistas a contribuir para a não reincidência de delitos outrora cometidos? Ou teria a sociedade uma parcela de responsabilidade quando a reincidência, por questões objetivas e discrepantes é quase certa?

Além disso, refletimos ainda como a aplicabilidade da pena para os que são considerados pela sociedade e pela justiça como criminosos resulta em outras violências que se estendem aos familiares dos apenados, ou seja, trata-se de violências estruturais que frequentemente segregam e lançam ainda mais à margem da

sociedade os que nunca estiveram no centro. Nessa direção, ao problematizar a ineficiência do sistema prisional, ratificamos o nosso questionamento: a quem interessa a sua continuidade?

Ademais, ao fazer uso da narrativa reflexiva, posicionamo-nos de forma crítica às teorias que imputam única e exclusivamente aos indivíduos a responsabilidade de seus sucessos e fracassos, estabelecendo um enfrentamento ao discurso da meritocracia como meio e fim das relações sociais. Buscamos legitimar as lutas dos que sonham intensamente com a possibilidade de ascender das camadas populares através de condições dignas de trabalho e acesso à educação emancipadora. Não obstante, questionamos ainda a atuação da força e negligência do Estado na perpetuação de violências indiscriminadas às populações vítimas da desigualdade, da miséria, do subemprego e da fome que, como cantava Elza Soares, “vai de graça pros presídios e para debaixo do plástico” (JORGE, YUKA, CAPELETTE, 1998).

Mas, afinal, de que nos serve toda essa exposição? Para onde nos conduz esses questionamentos? Bhabha (1998) afirma que reencenar o passado possibilita novas invenções das tradições culturais, isto é, a cada novo tempo e espaço é possível elaborar novas estratégias singulares e/ou coletivas para contestar os entrelugares ocupados ou não pelos indivíduos na sociedade. Destarte, a arte de resignificar o vivido torna-se também uma forma de resistência, na qual a escrita de si, através da transmissão das experiências vividas, torna-se ao mesmo tempo uma forma motriz de (trans) formação e potencialidade para se compor novas maneiras de ser a agir no mundo.

Ratificamos, assim, a importância das narrativas de vida como método de pesquisa e forma de tensionar e questionar o *status quo*, possibilitando-nos enxergar com as lentes da ciência a luta pela vida dos que vivem às som-

bras da invisibilidade, cujas (auto)biografias e biografias, provavelmente, jamais seriam lidas e transmitidas. Corroboramos, assim, com o que nos aponta Stephanou (2010, p. 59) ao afirmar que:

A narrativa não é só um enunciado, mas também enunciação, portanto modalidade de discurso tendo em vista que o que é narrado é sempre a vida e esta, como tal, não forma por si mesma uma totalidade de sentido, mas totaliza-se pela narração. Porém, o sentido do tempo vivido é sempre resultado de uma interpretação, nunca um dado imediato [...]. É nesse espaço de negociação dos sentidos que as narrativas de si são construídas, estando engendradas ao contexto social mais amplo e a uma história que antecede ao próprio sujeito. Essa história é transmitida a ele no contexto das práticas discursivas cotidianas.

Consideramos, por fim, que as memórias revisitadas causaram aprendizagens a partir da seguinte reflexão esboçada por Serres (1993, p. 27): “[...] Nunca ninguém mudou nada, nem coisa nenhuma do mundo, sem ser através de uma queda”. As “quedas” que atravessei nas minhas experiências como filha, irmã e mãe ao mesmo tempo produziram em mim novos sentidos para a palavra “liberdade”. Não é apenas a liberdade de ir e vir ou do livre pensar, trata-se, portanto, de uma liberdade para construir outros sentidos – emancipatórios, críticos e autônomos – para que os(as) que passam por minha vida possam ser afetados por novas marcas, outras leituras e narrativas de mundo, para o fazer e o viver livre em sociedade. Essa mesma liberdade oportunizou que eu pensasse que as circunstâncias prisionais que experimentei me tornaram uma “terceira instruída” (SERRES, 1993), em razão dos diversos escorregões que possibilitaram/possibilitam lutar pela verdadeira liberdade, transitando, correndo riscos e perigos, enfrentando o preconceito com coragem e esperança do verbo “esperançar” (FREIRE, 1996).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- BHABHA, Homi Kharshedji. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- JORGE, Seu. YUKA, Marcelo. CAPELLETTE, Wilson. **A Carne**. 1998. [Intérprete]: Elza Soares. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- LEZAMA LIMA, José. **A expressão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. **Aprendendo a viver**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DELORY-MOMBERGER, Christine. Reabrir o passado, inventar o devir: a inenarrável condição biográfica do ser. In: PASSEGGI, Maria da Conceição, ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Natal: EDUFRRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. t. II. p. 29-57.
- PERES, Lúcia Maria Vaz. A escrita da memória autobiográfica... pra que te quero? In: SOUZA, Elizeu Clementino de, GALLEGRO, Rita de Cássia. **Espaços tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 73-89.
- SERRES, Michel. **O terceiro instruído**. Portugal: Instituto Piaget, 1993.
- STEPHANOU, Maria. Labirintos de existências narradas: memórias familiares escritas em álbuns de bebê. In: SOUZA, Elizeu Clementino de, GALLEGRO, Rita de Cássia (orgs.). **Espaços tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 35-56.

Recebido em: 19/02/2022

Revisado em: 20/04/2022

Aprovado em: 22/04/2022

Publicado em: 30/04/2022

Rose Fernandes de Souza é mestranda em Educação pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), *campus* Camboriú. Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), *campus* Itajaí. Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). E-mail: rosefernandesdsouza@gmail.com

Alexandre Vanzueta é doutor em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), *campus* Camboriú. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos (Gepefoppe). E-mail: alexandre.vanzueta@ifc.edu.br